

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO

★ ★ ★

PROGRAMAS DE ENSINO

— DO —

4.º ANO

★ ★ ★

Aprovados pela Congregação

— 1 9 5 7 —

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO

★ ★ ★

PROGRAMAS DE ENSINO

— DA —

1.^a a 5.^a CADEIRAS

— DO —

4.^o ANO

★ ★ ★

— 1 9 5 7 —

1.ª CADEIRA DO 4.º ANO

DIREITO DAS COUSAS

1. Do direito das cousas. Da propriedade em geral. Dos direitos reais.
2. Da posse. Teorias a respeito. Classificação da posse.
3. Da aquisição, efeitos e perda da posse. Da proteção possessória.
4. Do domínio, suas modalidades e restrições.
5. Dos direitos de vizinhança.
6. Da aquisição da propriedade imóvel. Da transcrição e acessão.
7. Do usucapião.
8. Da perda e defesa da propriedade imóvel.

9. Da aquisição, perda e defesa da propriedade móvel.
10. Do condomínio.
11. História, natureza e fundamento do direito de autor.
12. Da propriedade literária, artística e científica no código civil.
13. Dos direitos reais sôbre cousas alheias em geral.
14. Da enfiteuse.
15. Das servidões prediais.
16. Do usufruto.
17. Do uso e da habitação.
18. Das rendas constituídas sôbre imóveis.
19. Dos direitos reais de garantias em geral.
20. Do penhor. Do penhor legal e agrícola.
21. Da caução de títulos de crédito. Da transcrição e extinção do penhor.
22. Da anticrese.

23. Da hipoteca em geral. Da hipoteca legal.
24. Da inscrição e extinção da hipoteca.
25. Da hipoteca de vias férreas.
26. Do registro de imóveis.

O presente programa será explicado em mais de sessenta lições.

(Programa do Prof. José Soriano Neto, em 1954).

Faculdade de Direito da Universidade do Recife,

a) **Prof. Mário Neves Batista**
Catedrático

2.^a CADEIRA DO 4.^o ANO

DIREITO COMERCIAL

MARÍTIMO, FALÊNCIA E CONCORDATA

PRIMEIRA PARTE

I

1. O comércio marítimo: conceito, história e importância. Influência no desenvolvimento geral da humanidade. Divisões.

II

2. O Direito Comercial Marítimo: conceito e lugar no Quadro Geral da classificação do Direito.
3. História do Direito Comercial Marítimo na antiguidade.
4. Os monumentos legislativos da Idade Média e até Colbert.

5. Os monumentos legislativos posteriores a Colbert. O papel da França no movimento codificador do Direito Comercial Marítimo.

III

6. O navio e seu conceito. Sua natureza jurídica. Partes e acessórios do navio.
7. O navio e sua construção: a) por economia; b) por contrato.
8. O navio e seu estado civil: individualização e caracterização. A teoria da personalização do navio. Pêrecimento do navio. Os registros de navios.

IV

9. Abalroamento entre navios: espécies. Estudo de cada uma. Responsabilidades resultantes do abalroamento. Regulamentos e Convenções internacionais.

V

10. Propriedade do navio: generalidades. Modos de direito privado, de transmissão da propriedade do navio. Alienação voluntária e alienação forçada.
11. Modos de transmissão da propriedade do navio, especiais do Direito Marítimo.

12. Modos de transmissão da propriedade do navio, especiais do Direito Marítimo.
13. Quem pode ser o proprietário de navio brasileiro. Razões.
14. Responsabilidade direta do proprietário de navio.
15. Responsabilidade reflexa do proprietário de navio.
16. Limitação da responsabilidade do proprietário de navios: sistemas.
17. O condomínio de navio. Administração. Transmissão da propriedade de partes do navio.

VI

18. A armação de navio. Espécie de armador. Responsabilidades resultantes da armação.

VII

19. Representação do navio, fora de seu domicílio; agentes e consignatários.

VIII

20. O capitão e a gente da tripulação. Contra-

to de engajamento: direitos e obrigações resultantes. Poderes do capitão.

IX

21. Contrato de fretamento. Modalidades ou espécies de fretamento. A carta partida. Natureza do contrato.
22. Contrato de fretamento: A colheita ou prancha; o conhecimento de cargas. Natureza do contrato assim concluído.
23. Emissão e dizeres do conhecimento de carga. Natureza jurídica dêste documento. Modos de sua emissão.
24. Contrato de fretamento: a viagem. Direitos e obrigações das partes, antes, durante e depois da viagem. O frete e seu pagamento.

X

25. Contrato de transporte de passageiros. Natureza jurídica. Direitos e obrigações das partes.

XI

26. O crédito naval: hipoteca de navio. Anticresis e penhor.
27. Créditos privilegiados e quirografários.

28. O contrato de empréstimo e câmbio marítimo: história, desenvolvimento e esplendor. Características próprias dêste contrato. Decadência.

XII

29. As avarias no Direito atual. Espécie de avarias: grossas ou comuns, e simples ou particulares. Necessidade de uma reforma racional.
30. Conceito de cada espécie. Tipos principais de avarias.

XIII

31. O contrato de seguros marítimos: generalidades. As pessoas, partes no contrato.
32. O contrato: o risco; o prêmio. O instrumento do contrato: a apólice: Resolução do contrato. O sinistro.
33. A ação de seguro. A ação de abandono. O instituto do abandono no Direito Marítimo.

XIV

34. Salvamento e Assistência, em Direito Marítimo. Diferenciação entre as duas figuras. Natureza jurídica de cada uma.

35. A Convenção Internacional de Bruxelas, de 1910, arbitramento.

SEGUNDA PARTE

- 41a A reforma de 21 de junho de 1945; dec. lei n.º 7.661. Sua formação. Apreciação geral de seu sistema.

XVII

42. A declaração judicial da falência. Motivos determinantes, ou causas que dão lugar a mesma declaração. Juízo competente. Recursos contra a sentença declaratória ou deneatória da falência requerida.
43. Pessoas sujeitas à falência: os comerciantes. Falência dos não comerciantes. Falência das sociedades: efeitos sobre as pessoas dos sócios.
44. Efeitos jurídicos da sentença declaratória da falência.
- a) quanto aos direitos dos credores;
 - b) quanto à pessoa do falido;
 - c) quanto aos bens do falido;
 - d) quanto aos contratos do falido;
 - e) quanto à revogabilidade de atos praticados pelo falido, anteriormente à declaração da falência; ação revogatória.

XVIII

45. Administração da falência. O Juiz e sua atividade no curso do processo. O Síndico, sua posição jurídica, nomeação, funções, deveres e

atribuições. O Falido e o Orgão do Ministério Público.

46. Arrecadação e guarda dos livros, papeis e bens do falido. O sistema brasileiro. Exame dos livros do falido. Continuação dos negócios do falido durante a sindicância.

XIX

52. Concessão ou indeferimento da concordata. Seus efeitos.
53. Rescisão da concordata. Processo e suas consequências. Cumprimento da concordata e seus efeitos.

XXI

54. Meios preventivos da declaração da falência: moratória e cessão de bens.
55. Concordata preventiva: sua história, fundamento e processo. Fôro competente. Despacho que manda processá-la e seus efeitos. Comissário: nomeação, deveres, remuneração e destituição.
56. Julgamento do pedido de concordata. Obrigações do concordatário no caso de sua concessão. Efeitos da sentença denegatória.
57. Concordata suspensiva. Condições. Processo. Concessão e seus efeitos. Denegação e prosseguimento da falência.

XXII

58. Pedido de restituição e embargos de terceiro.

XXIII

59. Sentenças estrangeiras de declaração da falência: sua exequibilidade no Brasil. Exigência de homologação pelo Supremo Tribunal Federal.
60. Crimes falimentares. Competência. Inquérito judicial. Processo e reabilitação penal.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife,

Janeiro de 1957

a) **Prof. Dr. Rodolfo de Albuquerque Araujo**
Catedrático

3.^a CADEIRA DO 4.^o ANO
DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL

Primeira Parte

I

1. Direito Judiciário Civil: Conceito, Denominação e finalidade.
2. Sua autonomia e compreensibilidade.
3. Posição enciclopédica e relações com os outros ramos da ciência jurídica.

II

1. Da Lei Processual Civil: Conceito e natureza.
2. As Ordenações do Reino; O Regulamento 737 de 1850; os Códigos Estaduais.
3. O Código de Processo Civil Nacional e leis extravagantes.

III

1. Da aplicação da lei processual civil no tempo.
2. No espaço.
3. Sua interpretação e integração.

IV

1. Da função jurisdicional, em confronto com as dos demais órgãos da soberania nacional.
2. Do Poder Judiciário.
3. Da função contenciosa e da administrativa.

V

1. Da Organização Judiciária.
2. Sistemas diversos de organização.
3. Crítica dos principais.

VI

1. Da organização judiciária no Brasil; noções históricas.
2. Da organização federal; O Supremo Tribunal. O Tribunal Federal de Recurso.

3. Da organização local.

V I

1. Do Juízo Arbitral: conceito e fundamento; inconvenientes e vantagens.
2. Como se constitui e atua.
3. Homologação do laudo arbitral.

V I I I

1. Jurisdição: conceito e divisão.
2. Competência: conceito.
3. Espécies

I X

1. Da determinação da competência critério legais.
2. Da determinação da competência arbitral.

X I

1. Do juízo: conceito, função e poderes.
2. Dos escrivães.
3. Dos oficiais de justiça e demais serventuários.

X I I

1. Do litisconsórcio: conceito.
2. Espécies.
3. Do litisconsórcio necessário.

X I I I

1. Da intervenção do terceiro: conceito e espécies.
2. Do chamamento à autoria.
3. Da nomeação à autoria.

X I V

1. Da oposição.
2. Da assistência.
3. Dos embargos de terceiro.

XV

1. Da capacidade para estar em juízo.
2. Incapacidade absoluta e incapacidade relativa.
3. Meio de supri-las.

XVI

1. Da capacidade de postular em juízo: representação das partes; dos procuradores judiciais.
2. Do advogado.
3. Dos provisionados e dos solicitadores.

XVII

1. Da Assistência Judiciária.
2. Da Curadoria à lide.
3. Do Ministério Público.

XVIII

1. Do processo: natureza jurídica e conceito.
2. Necessidade política do processo.

3. Condições e pressupostas processuais. Conceito.

XIX

1. Dos atos processuais: conceito e discriminação.
2. Dos atos processuais das partes.
3. Dos atos processuais do juízo.

XX

1. Das condições de realização dos atos processuais quanto ao tempo e ao lugar. Prazos.
2. Feriados e férias forenses.
3. Das custas e das multas judiciais.

XXI

1. Da ação; acepção da palavra.
2. Natureza jurídica da ação.
3. Teoria da ação.

XXII

1. Condições do exercício das ações.

2. **M**odificações objetivas e subjetivas da ação.
3. **E**xtingão das ações.

X X I I I

1. **D**o concurso de ações.
2. **D**a acumulação de ações.
3. **D**a diferença entre litisconsórcio e o concurso e a cumulação de ações.

X X I V

1. **D**as nulidades processuais: noções gerais.
2. **D**as espécies de nulidade processual.
3. **C**omo podem ser sanadas.

Segunda Parte

X X V

1. **D**a instância: conceito.
2. **C**omêço, suspensão e renovação da instância.
3. **D**a absolvição, cessação e preempção da instância.

XXVI

1. Do impulso processual: o pedido.
2. Da petição inicial: cautelas e formas; adição e emenda.
3. Do valor da causa: critérios, impugnação e efeito. Da distribuição.

XXVII

1. Da citação inicial: conceito e fundamento.
2. Da criação por mandado e por despacho ser citadas.
3. Dos efeitos da citação: da revelia.

XXVIII

1. Das espécies de citação e casos em que têm cabimento.
2. Da criação por mandado e por despacho ou por precatória.
3. Da citação com hora certa ou por editais.

XXIX

1. Da defesa: conceito fundamento e espécies.

2. Das exceções: conceito e divisão.
3. Das exceções de litispendência e de coisa julgada: oportunidade, efeitos e processo.

X X X

1. Da exceção de incompetência: oportunidade e efeitos.
2. Da exceção da suspeição: oportunidade e efeitos.
3. Prática formulária das exceções suspensivas.

X X X I

1. Da contestação: conceito e espécies, cautelas e formas; arguição de nulidades.
2. Da litiscontestação.
3. Da reconvenção.

X X X I I

1. Do despacho saneador: conceito, natureza e vantagens.
2. Sua oportunidade e matéria sôbre que deve versar.
3. Da audiência de instrução e julgamento.

X X X I I I

1. Das provas, em geral; conceito e espécies; meios de prova admitidos em nosso direito. Do sistema de provas legais e do livre convencimento do juízo.
2. Do ônus da prova.
3. Dos indícios e presunções; dos usos e costumes.

X X X I V

1. Da prova documental: da exibição de documentos: do incidente de falsidade.
2. Da confissão e do depoimento pessoal: das testemunhas.
3. Das vistorias e arbitramentos.

X X X V

1. Da sentença: conceito.
2. Requisitos elementares e formais; espécies.
3. Publicação e intimação.

X X X V I

1. Da causa julgada: conceito.

2. Da causa julgada formal e da material.
3. Seus limites objetivos e subjetivos.

Terceira Parte

XXXVII

1. Da ação ordinária; noções gerais.
2. Casos em que tem lugar.
3. Marcha processual e prática formulária.

XXXVIII

1. Das ações executivas; noções gerais e pressupostos.
2. Casos em que tem lugar no nosso direito.
3. Processo e prática formulária.

XXXIX

1. Do executivo fiscal: conceito e pressupostos.
2. Processo e prática formulária.
3. Recursos nêle admitidos.

X L

1. Das ações combinatórias para a prestação de fato ou abstenção de ato.
2. Da caução de dano infecto. *
3. Da ação de prestação de contas.

X L I

1. Das ações possessórias: noções gerais e espécies.
2. Do interdito proibitório.
3. Processo e prática formulária.

X L I I

1. Da ação manutenção.
2. Da ação de esbulho, com ou sem reintegração prévia de posse.
3. Processo e prática formulária de ambas as ações.

X L I I I

1. Da ação de imissão de posse; natureza da ação; casos em que tem lugar.

2. Da ação de despejo: noção; a quem compete e quando tem lugar.
3. Processo e prática formulária.

X L I V

1. Da nunciação de obra nova: a quem compete, natureza e requisitos.
2. Da caução de opere demoliendo; processo e prática formulária.
3. Da ação de nulidade de patente de invenção e de marca de fábrica e de comércio; fôro competente; pessoas que a podem intentar. Processo e prática.

X L V

1. Da ação renovatória de contrato de locação de imóveis, destinados a fins comerciais.
2. Fundamento legal e pressupostos.
3. Processo e prática formulária.

X L V I

1. Da ação de perempção ou preferência e do direito de opção.

2. Da ação de consignação em pagamento; natureza e defesa que comporta.
3. Processo e prática formulária.

XLVII

1. Do mandato de segurança: fundamento legal, natureza e contra que atos pode ser intentado.
2. Forma da inicial e prova do alegado.
3. Processo e prática formulária.

XLVIII

1. Da ação para recuperar títulos ao portador ou restaurá-los; efeitos; processo.
2. Da ação de depósito.
3. Do incidente da prisão do depositário infiel; processo e prática.

XLIX

1. Das ações relativas às vendas a crédito com reserva de domínio.
2. Das ações relativas ao loteamento e venda de imóveis a prestação.

3. Processo e prática formulária.

L

1. Da ação de excussão de penhor; quando tem lugar.
2. Da remissão do penhor.
3. Das ações de reforço de garantia e de remissão do imóvel hipotecado; processo e prática.

L I

1. Do acidente de trabalho: conceito e noções gerais.
2. Do procedimento preliminar: iniciativa.
3. Processo e prática formulária.

L I I

1. Da venda, locação e administração de coisa comum, inclusive de parte.
2. Do procedimento preliminar: iniciativa.
3. Processo e prática formulária.

L I I I

1. Da venda locação e administração de coisa comum, inclusive de parte.
2. Da eleição do cabecel de bens enfitêuticas.
3. Da exoneração de fiança; processo e prática.

L I V

1. Das ações de divisões e demarcação: conceito e disposições comuns.
2. Das disposições especiais à divisão; prática.
3. Das disposições especiais à demarcação; prática.

L V

1. Da ação para obrigar à construção e conservação de tapume e para indenização de parede ou tapume divisório.
2. Da ação de usucapião.
3. Processo e prática formulária.

Quarta Parte

LVI

1. Dos processos acessórios e das medidas preventivas, em geral; natureza e efeitos.
2. Da busca e apreensão.
3. Da exibição de cousa e das vendas judiciais. Processo e prática formulária.

LVII

1. Do embargo ou arresto; pressupostos jurídicos e casos em que tem lugar.
2. Do sequestro: casos em que tem lugar.
3. Processo e prática formulária.

LVIII

1. Do depósito preparatório de ação.
2. Do depósito de pessoas.
3. Da separação de corpos e das cauções judiciais; processo e prática formulária.

LIX

1. Do protesto e da interpelação judicial.

2. Da justificação e da notificação; noções gerais.
3. Processo e prática.

L X

1. Da especialização das hipotecas legais.
2. Da posse em nome do ventre.
3. Das vistorias, arbitramento e inquirições **ad perpetuam rei memoriam**; processo e prática formulária.

L X I

1. Do atentado; noções gerais e fundamento.
2. Causas em que pode ter lugar; efeitos.
3. Processo e prática formulária.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife. — Janeiro de 1957.

a) **Prof. Pedro Lins Palmeira**
Catedrático

4.^a CADEIRA DO 4.^o ANO

DIREITO DO TRABALHO

Parte Filosófica Geral

1. Direito do Trabalho: denominação e fontes — Definição e lugar na constelação jurídica — Doutrinas.
2. Função social do Estado — Os fisiocratas — Adam Smith, Malthus, Ricardo e Sismondi — Saint Simon, saint-simonistas e origens do coletivismo em face do Direito do Trabalho.
3. Socialistas associacionistas — Intervencionistas — Coletivismo — Marxismo e Neomarxismo, Cooperativismo e Solidarismo.
4. Direito de Propriedade — Função social da propriedade e Direito do Trabalho.

5. Doutrinas inspiradas no Cristianismo — Anarquismo — Bolchevismo.
6. A Questão Social: seu aspecto moral — Seu aspecto jurídico — Soluções.
7. Conceito do Trabalho — As grandes formas do Trabalho — Seu aspecto valorativo.
8. O Trabalho e a Personalidade Humana — Sua hierarquia — O Trabalho em face da Sociedade.
9. Capitalismo e Trabalho — Concepções cristãs sobre o Trabalho — Soluções.
10. Filosofia do Trabalho.

Parte Jurídica

11. O Direito do Trabalho e suas relações com outras disciplinas jurídicas.
12. O Direito do Trabalho em face da Sociologia e da Economia Política.
13. Evolução Geral do Trabalho e suas fases — Conceção histórico-jurídica do Trabalho — Sua relação no regime capitalista.
14. A Idade Média e seus períodos de trabalho — As Corporações.

15. O Trabalho a domicílio e em relação à Fábrica — Vantagens e desvantagens.
16. O Direito do Trabalho no Brasil, antes de 1930 — Sua evolução científica política e doutrinária.
17. O Direito do Trabalho no Brasil após a Revolução de 1930 — O Governo Provisório e as Leis trabalhistas — O Direito do Trabalho nas Constituições de 1934, 1937 e 1946.
18. Fundamentos e normas da Consolidação das Leis do Trabalho — Crítica.
19. O Direito do Trabalho nas Democracias e nos sistemas totalitários.
20. Legislação do Trabalho nas Américas do Norte e Latina.

Parte Jurídica Especial

21. Relação Individual do Trabalho: sua natureza jurídica — O Contrato Individual do Trabalho — Contrato Individual do Trabalho e sua natureza jurídica.
22. O Contrato Individual do Trabalho e sua caracterização — Sujeitos da relação do Trabalho — Contrato de Trabalho e Contratos afins.

23. O Contrato Individual do Trabalho e o Institucionalismo — Direitos de Invenção no Direito do Trabalho e em face do Código da Propriedade Industrial.
24. A Legislação brasileira e a relação do Trabalho.
25. Contrato Coletivo do Trabalho — Evolução, conceito, interpretação e aplicação.
26. Contrato Coletivo do Trabalho no Direito Brasileiro.
27. Conflitos do Trabalho — Greve — Sabotagem — Lock out.
28. Direito de Associação — Associações Profissionais — Sindicalismo.
29. Sindicato — Liberdade, unidade, pluralidade e funcionamento do Sindicato — Sindicalismo brasileiro.
30. Direito Corporativo — Direito Corporativo e Direito Sindical — Fontes, definição e divisão.

Direito Processual do Trabalho

31. Justiça do Trabalho: organização — Juntas de Conciliação e Julgamento — Juízes de

Direito — Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho.

32. Justiça do Trabalho: definição, objetivos, fundamentos filosóficos, jurídicos, sociais e éticos — Conciliação e Arbitragem — Equidade.
33. Jurisdição da Justiça do Trabalho — Sua competência — Competência *ratione loci* e *ratione materiae*: apreciação e crítica.
34. Ritos processuais — Analogias e interferências subsidiárias do Direito Processual Civil — Recursos — Execução e confrontos com o Direito Processual Civil.
35. Relações entre a Justiça do Trabalho e a Justiça Comum — Jurisprudência trabalhista: crítica — Sua característica.

Tutela do Trabalho e Infortunistica

36. Definição e divisão da Tutela do Trabalho — Duração do Trabalho — Férias anuais.
37. Regime de trabalho para menores e mulheres — Descanso semanal — Legislação brasileira.
38. Higiene e Segurança do Trabalho — Trabalho em lugares insalubres — Alimentação do Trabalhador.

39. Trabalhos Perigosos — Indústrias atuais — Radioatividade.
40. Psicologia do Trabalho — Psicotécnica — A Fadiga.
41. Acidente do Trabalho e seu conceito técnico-jurídico — Moléstia Profissional.
42. O Acidente do Trabalho: caso fortuíto e força maior. — O Acidente por dolo ou culpa grave.
43. Responsabilidade do Empregador por Acidente do Trabalho: teorias.
44. Doença profissional e Acidente do Trabalho no Direito Brasileiro.
45. O Problema da Indenização do Acidente do Trabalho — O Problema da restauração da personalidade do trabalhador acidentado — Ortopedia e sua evolução.
46. Educação das classes trabalhadoras — Educação preventiva do Acidente — Orientação profissional — Seleção do pessoal.

Direito Econômico do Trabalho

47. Salário: história e evolução — Correspondência entre o Salário e o Trabalho — Formas de Salário.

48. Fixação do Salário — Salários e o Estado — Salário Mínimo.
49. Salário Mínimo no Brasil — Alocução ou subsídio familiar — Salário e classes produtoras em face do custo de vida.
50. Participação nos lucros da Empresa, pelos Empregados — Sua história — Atualidade do problema e crítica.
51. Rescisão do Contrato de Trabalho — Despedida, indenização e Estabilidade Econômica e Funcional.

Direito Previdencial

52. Direito Previdencial: história e evolução — Previdência Privada e Previdência Social — Seguro Social.
53. Seguridade Social: seu conceito e evolução — Economia do Bem Estar Social — Seguridade Social e técnica político-jurídica.
54. Divisão dos Seguros Sociais — Invalidez, Velhice, Morte, Acidente do Trabalho, Desemprego, Enfermidade, Maternidade e Natalidade.
55. Instituições de Assistência e Previdência Social — Caixa de Aposentadorias e Pensões — Instituto de Serviços Sociais no Brasil.

Direito Disciplinar do Trabalho

56. Direitos e Obrigações do Empregado — Direitos e Obrigações do Empregador—Regulamento de Empresa.
57. Alterações do Contrato de Trabalho — Interrupção e suspensão — Duração.
58. Institucionalismo e Direito Disciplinar do Trabalho — Contratualismo e Direito Disciplinar do Trabalho.

Organização da Empresa

59. Fundamentos e Organização da Empresa — Seus vários tipos.
60. A Empresa em face do Estado: o problema da liberdade de iniciativa e economia dirigida.
61. Tipos de Trabalho na Empresa contemporânea — Tipos especiais de Trabalho — O surgimento das Massas.
62. Hipertrofia da Empresa — Trusts, carteis, monopólios — Delitos Econômicos.
63. Leis de Economia Popular — Marcha Processual — Confronto com o Direito Penal e Crítica.

Direito Administrativo do Trabalho

64. Direito Administrativo do Trabalho: Sua definição — Sua divisão.
65. Ministério do Trabalho — Atribuições e Realizações — Delegacias Regionais do Trabalho e outros órgãos.

Direito Internacional do Trabalho

66. Direito Internacional do Trabalho — Definição e Conceito — Noções históricas — Evolução — A Organização Internacional do Trabalho.
67. Conferências — Convenções — Convenções assinadas pelo Brasil.
68. Imigração e Direito Internacional do Trabalho — Nacionalização do Trabalho — Sistema de fixação de colonos.

Direito Assistencial

69. Direito Assistencial — Sua definição — Sua divisão.
70. Educação, orientação e seleção profissionais — Concepção técnico-pedagógica na formação das equipes de trabalhadores em nosso tempo.

71. Assistência Eugênica e Higiênica — Alcoolismo, Trabalho e Prostituição — Amparo à Maternidade e à Infância.
72. Monopólios do Estado e D. do Trabalho — Habitações Populares — Proteção da Economia Popular.
73. Conceito e exposição sôbre a Pequena Propriedade — A Usura e as Leis Penais — O Problema da jardinagem, sua história e evolução.
74. Direito ao Trabalho e Transporte — Monopólio no Transporte e Concorrência — Intervenção do Estado.
75. O Direito à Subsistência — Amparo nutricional à Família — O Bem de Família, história e evolução jurídica.
76. O Problema da Educação e Direito do Trabalho — Educação física e social — Educação geral no Trabalho.

Direito Político do Trabalho

77. Medidas para a manutenção da Paz Industrial — O Trabalho e os Partidos Políticos — Participação do empregado na direção das Empresas.

78. Escritórios de Colocação — A Crise e o Desemprego — A Assistência do Estado.
79. Contratos de Trabalho e o Estado — Salário — Diferenças e conclusões.
80. O Acidente de Trabalho e o Estado — Curadoria de Legislação Social — Crítica.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife,
Janeiro de 1957

a) **Prof. Gentil de Carvalho Mendonça**
Catedrático

78. Escrições de Colômbio — A Casa e o De-
senvolvimento — A Assistência do Estado
79. Contos de Tránsito e o Estado — São-
Paulo — Diversões e contos
80. O Estado de Tránsito e o Estado — São-
Paulo de Tránsito e o Estado — São-
Paulo

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo,
Janeiro de 1957

a) Livro de Contos de Carolina Januária
Carolina

5.^a CADEIRA DO 4.^o ANO

MEDICINA LEGAL

I Medicina Legal, Ensino, Perícia

1. Medicina Legal; definição, conceito e objeto. Feição do estudo em Faculdades Jurídicas. Didática. Prática médico-forense. Novos rumos da Cadeira. Medicina Legal Judiciária.
2. Institutos e Serviços Médico-Legais. Especialização pericial: perícia e peritos. Documentos médico-legais. O Código Penal de 1940.

II Semiologia Mental

3. Percepção, inteligência, emoção, vontade. Vida social. Conduta e liberdade. Sociologia do homem normal.
4. Limites modificadores legais da responsabilidade e da capacidade. Idade, sexo, estado mental.

III Psicopatologia Forense

5. Estudo médico-legal das doenças mentais. Causas gerais, diagnóstico, simulação, dissimulação. Classificação das doenças mentais.
6. Reações anti-sociais dos alienados. Personalidades psicopáticas, suas reações anti-sociais.
7. Estudo médico-legal das toxifilias (etilismo, morfismo, cocoinismo, barbiturismo, etc.).
8. Das perversões sexuais. Conceito froideano. Distúrbios hormoglandulares e neuro-vegetativos.
9. Noções de higiene mental. Proteção à criança anormal, aos toxífilos, aos perversos, aos vagabundos, aos analfabetos.
10. Repressão à credence popular, às práticas de espiritismo e similares, ao curandeirismo, ao charlatanismo, etc. Profilaxia das doenças venéreas.

IV Sexologia Forense

11. Do casamento. Motivos de impedimentos estatuidos pelo Código Civil, relativos à consanguinidade. Leis de Mendel.

12. Impedimentos relativos à idade, à capacidade civil e aos direitos de sucessão de produto possível de casamento anterior.
13. Sentido legal do êrro essencial sôbre pessoa. Sedução anterior, dubiedade de sexo e outras malformações genitais.
14. Defeito físico irremediável; moléstia grave transmissível por contágio ou herança.
15. Sevícia ou injúria grave; art. 317, n.º III do Código Civil. Contaminação venérea. Casamentos nulos e anuláveis; arts. 207 e 209 do Código Civil.
16. Exame médico pré-nupcial. Mendelismo. Engenharia.
17. Do crime de sedução: conceito legal. Órgãos sexuais externos da mulher. Hímen, suas formas e consistência. Traumatologia himenal.
18. Do estupro: conceito legal. Casos em que constitue atentados à saúde e à vida. Traumatologia do estupro; estudo das lesões. Perícia médico-legal.
19. Do atentado contra o pudor: conceito legal. Lesões possíveis resultantes do atentado. Práticas libidinosas, perversões sexuais. Psicologia dos agentes.

20. Da gravidez; noções de concepção e de embriologia. Diagnóstico da gestação; práticas de laboratório. Variedades, marcha e duração da prenhez. Simulação e dissimulação.
21. Do parto. Sinais recentes, sinais remotos. Do parto suposto: Código Penal, art. 242. Perícias; grupos sanguíneos.
22. Do abortamento criminoso: conceito legal e elementos constitutivos do crime. Práticas de abortamento. Lesões possíveis consecutivas à prática clandestina de abortamento. Exame da mulher, do abôrto e dos anexos.
23. Do abortamento legal; indicações terapêuticas e morais. Código Penal, art. 128, ns. I e II. Do perigo social do abortamento clandestino. Direitos do nascituro. Inutilidade das leis penais repressivas. Prevenções pela propaganda e pela assistência social à mulher grávida.

V Criminologia.

24. O crime e seu conceito histórico; forma fundamental e forma evolutiva. Conceito social coetâneo. O homem delinquente; patologia social. A pena; defesa social.
25. O criminoso e sua ficha biográfica; antecedentes hereditários, influências congênitas, vida na infância, vida na sociedade. Exame

somático e psíquico do delinquente. Biotipologia criminal: classificações.

VI Técnica Policial Judiciária

26. Da prova do crime. Provas técnicas. Levantamento de corpo. Fotografia do local do crime; filmagem. Outras provas de laboratório.
27. A testemunha, sua idoneidade. Prova testemunhal. Confissão. Técnicas psicológicas modernas.
28. Identificação médico-legal; reconhecimento no vivo, no cadáver e na fotografia. Fotografia sinalética. Caracteres antropognósticos gerais.
29. Identificação judiciária; datiloscopia. Impressões digitais e sistemas datiloscópicos. Gabinete de Identificação.

VII Traumatologia Forense

30. Semiologia geral das ofensas físicas. Estudo quantitativo e qualitativo das lesões corporais
31. Lesões por agentes físicos.
32. Lesões por agentes mecânicos.

33. Lesões por agentes químico-traumatizantes.
34. Importância médico-legal da classificação das lesões corporais. Lesão leve, lesão grave, gravíssima, lesão corporal seguida de morte. Código Penal, art. 129, § 1.º, ns. II a IV, § 2.º, ns. I a V, § 3.º.
35. Estudo médico-legal das asfixias.
36. Homicídio; Código Penal, art. 121 e seus parágrafos. Homicídio simples, homicídio qualificado. Estudo semiótico da morte, por suicídio e por acidente.
37. Infecção; delito de contágio. Código Penal, arts. 130, 131 e 132.
38. Infanticídio: conceito atual. Código Penal, art. 123. Psicologia do estado puerperal. Provas da vida extrauterina; docimásias. Diagnóstico da causa da morte do recém-nascido.

VIII Infortunistica, Medicina do Trabalho

39. Acidente de trabalho: conceito legal. Legislação nacional. Doutrina do risco profissional. Doença do trabalho.
40. Avaliação médico-legal das incapacidades. Consolidação médica e consolidação jurídica. Simulação. Recuperação social.

41. A perícia dos infortúnios do trabalho. Exame do acidentado. Prognóstico dos acidentes.

IX Tanatologia Forense

42. Da morte; sinais duvidosos, sinais certos. Morte súbita e morte agônica. Fenômenos cadavéricos.
43. Cronologia da morte; interêsse médico-legal no seu estudo. Meios para o diagnóstico entre as lesões corporais produzidas em vida e depois da morte.
44. Perinecropsopia. Necropsopia. Exames complementares. Estudo dos protocolos.

PARTE PRÁTICA

I

1. Documentos médico-legais: atestado médico; relatório médico-legal; parecer médico-legal; laudo necroscópico.

II

2. Emprêgo de testes psicológicos de inteligência, de percepção, de memória visual e auditiva, de juízo crítico etc.

III

3. Reconhecimento de algumas substâncias estupefacientes (morfina, cocaína, maconha, barbitúricos, etc.). Pesquisa de álcool no sangue e na urina.

IV

4. Exame das manchas de esperma, com o diagnóstico de orientação e de certeza.
5. Prática pericial de avaliação de idade no vivo e no morto.
6. Investigação de paternidade suspeita. Caracteres hereditários de semelhança. Provas sanguíneas; heredologia sanguínea.

V

7. Classificação morfológica. Antropometria. Determinação dos biótipos humanos.

VI

8. Técnica do exame do local de crime. Levantamento de indícios materiais. Uso do Laboratório Criminal Portátil.
9. Emprêgo de testes de personalidade (psicodiagnóstico experimental de Szondi, psicodiagnóstico de Rorschach, T. A. T. etc.).

10. Documentoscopia. Grafoscopia. Grafometria. Falsificações. Tintas simpáticas e artifícios para sua descoberta.
11. Técnica da tomada das impressões digitais e podálicas. Classificação e estudo comparativo das impressões digitais.

VII

12. O corpo humano. Noções sumárias de anatomia topográfica em relação à sede das lesões corporais. Apresentação do esqueleto e do manequim anatômico.
13. Exame das manchas de sangue, com o diagnóstico genérico, específico, individual e regional.
14. As armas de fogo e seus projéteis. Uso do microscópio comparador e de outras técnicas para a identificação das armas de fogo através de seus projéteis.
15. Técnica da colheita e do transporte do material a ser examinado nos laboratórios toxicológicos.
16. Reconhecimento de alguns venenos voláteis, metálicos e metalóidicos, comuns ao nosso meio.

VIII

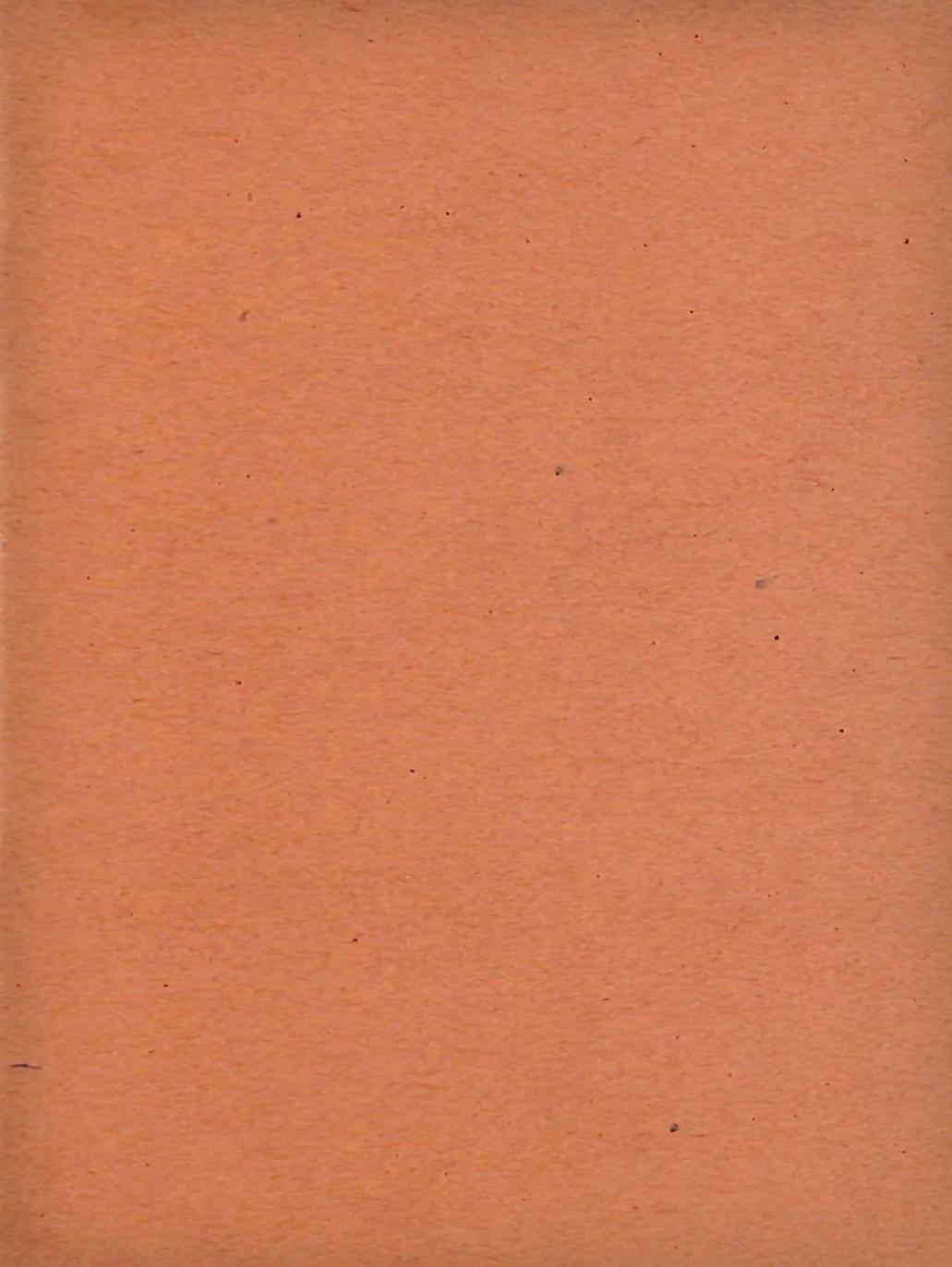
17. Técnica de avaliação de incapacidades. Emprego das tabelas.
18. Estudo prático dos meios de proteção contra acidentes de trabalho e doenças profissionais.

IX

19. Técnica das perinecropsias e das necropsias.
20. Técnica das docimásias. Diagnose diferencial entre a morte súbita e a morte agônica.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife,
Janeiro de 1957

a) **Prof. Edgar Altino Correia de Araújo**
Catedrático



I
M
P
R
E
N
S
A